

RESPOSTAS

2A) A Constituição Federal de 1988 trouxe uma inovação no âmbito da gestão pública brasileira ao incorporar técnicas de planejamento e controle nas ações governamentais. A apreciação do orçamento antes deste dispositivo se tratava como mera peça de ficção. Conforme destaca a doutrina desse segmento, a inclusão do PPA (Plano Plurianual) no arcabouço legal obrigou os entes da federação, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios a pensar em um planejamento a médio prazo, considerando seus 4 (quatro) anos de vigência. Além disso, para que fosse possível uma conexão com o orçamento propriamente dito, no caso da LOA (Lei Orçamentária Anual), foi preciso dar destaque a um instrumento intermediário, sendo criada a LDO (Lei de diretrizes orçamentárias).

No PPA, o estabelecimento de Diretrizes, Objetivos e Metas é fundamental para se conhecer a estratégia governamental para o combate aos grandes problemas sociais e para se conduzir uma gestão saudável financeiramente que não venha recair pesadamente ao contribuinte. Um passado de obras faraônicas, conhecidas como "elefantes brancos", prédios e obras de infraestrutura inacabadas seria uma página virada diante da atual preocupação com o planejamento.

Conectado com o PPA, são construídos os demais planos estratégicos por segmento, tais como: o PNE - Plano Nacional de Educação e demais planos estruturantes relacionados ao crescimento econômico, habitação, políticas de saúde, mobilidade urbana, matriz energética, entre outros com duração maior que 4 anos.

Código:

EM BRANCO



Código:

07

Em sequência observa-se a importância da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que vai explicar por meio de Metas e Prioridades, como se dará a distribuição do plano proposto pelo governo em cada ano.

Assim, um conjunto de medidas estatísticas irá expor a condição atual da política econômica trazendo seus indicadores de inflação, de crescimento econômico, de endividamento e de mais informações que dêem fundamentos aos programas estabelecidos pelo governo. Com isso, torna-se possível produzir o Relatório de Riscos (Contingentes) e o Relatório de Riscos Fiscais.

A partir dessas premissas (fundamentos), torna-se possível elaborar um orçamento (LOA) com base em informações precisas que possibilitem alocar adequadamente o volume necessário de recursos em cada programação de governo a partir de suas divisões administrativas, sendo elas: os Ministérios, as secretarias, as fundações, as autarquias, entre outros.

(23) Ao longo da execução orçamentária, a partir dos instrumentos de transparência como o RGF (Relatório de Gestão Fiscal) e o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária), a população e os órgãos de controle podem acompanhar o andamento das ações realizadas. Por outro lado, as páginas de transparência dos órgãos já têm realizado um papel significativo na divulgação dos atos governamentais.

Todavia, a elaboração das peças orçamentárias exige zelo e cuidado no sentido de serem compatíveis com a realidade. Metas ambiciosas em períodos recessivos podem levar a contingenciamentos com ocorre na realidade dos orçamentos das universidades e institutos de pesquisa, onde congelamentos e cortes orçamentários tem

EM BRANCO



Código:

07

precarizado a gestão educacional ao longo de todas as unidades da federação.

A Lei Complementar 103/2000 também implementou sérias considerações no tocante à responsabilização civil e administrativa dos agentes públicos.

Do outro lado, o orçamento com valores demasiadamente restritivos podem provocar a falta de serviços prestados à comunidade. A "economia de recursos" para atender a necessidade de superávit primário somente, pode cortar benefícios assistenciais de comunidades carentes se a visão do gestor for numericamente desconectada da realidade, gerando miséria e aumentando a pobreza.

EM BRANCO



Código:

07

LOA incompatível com o PPA e LDO

3ª) A gestão pública tem se modernizado ao longo dos últimos anos no sentido de aplicar o planejamento em suas ações, principalmente a partir da Carta Magna de 1988 - a constituição cidadã, como descrita em sua ~~fundação~~ implementação.

No Brasil, o mandato de presidentes, governadores e prefeitos é de 4 anos. Com isso, foram formulados os instrumentos que devem transmitir uma maior eficácia a aplicação dos recursos ~~públicos~~ destinados ao financiamento das políticas públicas.

Ao longo da campanha eleitoral já deve ser apresentado um plano de governo com a característica de explicar ~~sobre~~ os objetivos da gestão ao longo desse período. Com isso se observa uma série de nomes característicos que vão caracterizar a gestão do governante, tais como os seguintes planos: "Pátria educadora", "País rico é um país sem miséria", "Brasil para todos", "Deus acima de todos e Brasil acima de todos", entre outros planos.

No início da gestão, a preocupação do governante é cumprir ~~os~~ o PPA, LDO e LOA do seu antecessor e preparar a elaboração do seu próprio plano.

~~A partir~~ Até o ^{quarto} ~~oitavo~~ mês que antecede o fim do ^{primeiro} ~~segundo~~ ano de mandato, o gestor deve elaborar o PPA que terá vigência a partir do ano seguinte e enviá-lo à Câmara / Assembleia para aprovação.

Tendo por base este PPA, deve preparar, então, a LDO antes de oito meses e meio do fim de exercício civil e da mesma forma, encaminhar o texto ao legislativo a qual terá vigência logo quando aprovado no parlamento.

Com isso, prepara-se a LOA até 31/08 para encaminhamento ao legislativo com base nas premissas da LDO

EM BRANCO



Código:

07

A Lei Complementar 101/2000 não permite que despesas de capital não previstas no PPA sejam incluídas na LOA, podendo gerar punição para o gestor. Por outro lado, orçamento anual desconectado de suas diretrizes pode não conseguir ser executado, ~~com isso~~

Outra forma de conseguir sucesso na conclusão do orçamento são as alterações permitidas pelo Legislativo. Os parlamentares fixam um limite que pode ser alterado no orçamento para não engessar a burocracia governamental. Todavia, caso haja uma necessidade maior de alteração ao longo do ano, o gestor só poderá realizar a partir de nova autorização legislativa.

Portanto, para que não se construa um texto frio, sem alterações ou irrealista, ~~muitas~~ foram elaboradas no arcabouço legal essas ferramentas de gestão.

(33) Isso decorre da necessidade de uma segurança jurídica desse instrumento. O orçamento é ~~aprovado~~ encaminhado pelo executivo e aprovado pelo Legislativo (no Congresso Nacional pelas duas casas e discutido na CMO - ~~Câmara~~ Comissão mista do orçamento) para ~~vir~~ se transformar em lei ordinária, ou seja, existe a obrigação de ser cumprida.

O orçamento se trata de uma pactuação daquilo que o Estado se propõe com a sociedade. Este pacto não pode simplesmente ser quebrado e assumir um caminho distinto do que foi acordado com o Legislativo e com muitas cidades e estados com a população através do orçamento participativo.

O seu cumprimento é necessário para o atingimento das metas e prioridades estabelecidas previamente e que por fim serão cobradas tanto pela sociedade quanto pelos órgãos de controle (tribunais de contas, ministério público, entre outros).

Folha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

EM BRANCO



Código:

07

(MA) No planejamento governamental, além de dedicar significativa preocupação com as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), o governo elabora junto com as bases da sociedade civil organizada, com segmentos das atividades econômicas e Planos estratégicos de longo prazo com planos nacionais / regionais de mobilidade urbana que vão estabelecer as metas para períodos além dos 4 anos de mandato estabelecidos pela legislação.

Nestes planos, vão ser definidas as soluções para as necessidades básicas da população. Neste exemplo, podem-se tomar como base a implementação de novos meios de transporte, melhoria da frota, renovação ou limitação de idade para os ônibus, construção de abrigos ou terminais urbanos, entre outros.

Desta forma ao estabelecer metas e resultado, com base no crescimento da população, na expansão dos complexos urbanos, na inovação tecnológica dos meios de transporte, na conservação de vias públicas, o governo permite a sociedade uma visualização daquilo que se pode chegar ao longo dos anos.

No Espírito Santo também foram realizados produtores planos estratégicos globais como o ES 2020, ES 2030 e o ES 500 anos, que estabelecem as diretrizes do estado para um período de tempo determinado no futuro com base na dimensão atual da complexidade econômica e urbana do contexto local.

Neste caso o documento não deve conter a visão somente do governo, mas de toda a sociedade constituída para vislumbrar uma expectativa de melhoria do "foco" social.

Na educação este planejamento a nível nacional é realizado pelo PNE - Plano Nacional de Educação construído não só pelo governo, mas por especialistas em educação,

EM BRANCO



Código:

07

pesquisadores, usuários e todos aqueles que se envolvem com este tema. Com um período de penal, este plano se propõe a melhorar a educação pública, estabelecer o piso mínimo do magistério, eliminar o analfabetismo, reduzir as distorções idade-série, urbano-rural entre outros.

Para conquistar os resultados deste plano é necessária uma conexão com os orçamentos e neste caso também se propõe a criação dos fundos como o FUNDEF depois o alterado para o FUNDEB, entre outras ações.

Além disso, indicadores de desempenho vão fornecer informações que possibilitar o acompanhamento dos resultados pela sociedade, que serão destacados principalmente na LDO, além da divisão das ações a serem realizadas em cada período a ser destacado no PPA e os recursos a serem aplicados em cada ano na LOA.

(4B) Com o desdobramento das ações do Plano estratégico nas diversas funções de governo e rubricas orçamentárias, a execução poderá ser realizada e posteriormente medida nos seguintes termos:

- Foi eficiente: a relação dos resultados alcançados com o custo do programa foi adequada, pois o excesso de recursos demandados pode tornar a ação inexecutável e o controle dos gastos com materiais e não de obra, entre outros pode ser fundamental para a expansão da política a outras ~~esferas~~ esferas da ~~sociedade~~ sociedade.

- Foi eficaz: atingiu o objetivo. As pessoas que demandaram a política foram atendidas. A ação cumpriu todas as metas estabelecidas.

- Efetividade: é o resultado com eficiência e eficácia juntos. Atender o resultado demandado com o custo adequado e com a qualidade esperada.

Folha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

EM BRANCO